



**Francisco Simões**  
Investigador Auxiliar do ISCTE

# Pobreza: Amanhã vai ser outro dia

**E**de supetão, o risco de pobreza nos Açores cai quase 7% em 2024. O arquipélago deixa de ser, também, a região do país com os piores índices a este nível. Como interpretar estes dados trazidos a lume, no final da semana passada, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)? Em primeira linha, demonstram que sim, é possível enfrentar um problema social complexo que afeta os Açores há demasiado tempo. E isso é encorajador. Mas agora que assentou a poeira, após o debate parlamentar e os comunicados de imprensa, impõem-se os detalhes.

Um dos indicadores incluídos no relatório do INE sobre rendimento e condições de vida, o risco de pobreza e exclusão social, oferece algumas pistas para a compreensão destes resultados. O referido indicador combina três dimensões: a pobreza monetária, definida como renda disponível equivalente (após transferências sociais) inferior a 60% da mediana nacional dessa mesma renda equivalente; a privação material severa, enquanto incapacidade de aceder ou pagar sete de uma lista de treze bens e atividades essenciais; e a baixa intensidade de laboral, que se refere a quando pessoas

em idade ativa (18–64 anos, exceto estudantes a tempo inteiro) trabalharam menos de 20% do total de tempo que poderiam ter trabalhado. Este indicador permite, assim, uma visão multidimensional do fenômeno da pobreza. A partir dele se conclui que a privação material severa cai entre 2023 e 2024, de 8,2% para 6,7%. Do mesmo modo, a baixa intensidade laboral também decresce, neste caso, de 6,8% para 5,5%. Por outras palavras, o acesso a bens e uma maior realização do potencial laboral contribuem, ainda que marginalmente, para a diminuição do risco de pobreza. Isso significa que o aumento dos rendimentos auferidos explica, em maior medida, os resultados agora conhecidos. Nestes, as transferências sociais do Estado assumem maior destaque. Se é verdade que o rendimento do trabalho conheceu um incremento desde 2019 com o crescimento, por exemplo, do salário mínimo regional de 630 euros para 861 euros em 2024, o impulso do Estado é ainda mais significativo, com o aumento de transferências diretas como o complemento regional de pensão ou do Compamid e de transferências indiretas como o alargamento das creches gratuitas.

O que demonstra este quadro? Que efec-

tivamente o Estado tem um papel que pode criar ruturas em situações críticas. Assumindo essa responsabilidade, cumpre o seu papel. Ademais, os dados atuais ainda divergem das médias nacionais e da União Europeia, pelo que se requer um esforço continuado das políticas públicas a esse nível, para que este decréscimo da taxa de pobreza dos Açores não seja uma prendinha da época, mas antes um dado adquirido. Aliás, tal impõe-se atendendo a outras regressões recentes. A título de exemplo, entre 2020 e 2022, deu-se um crescimento da taxa de risco de pobreza na região de 21,9% para 26,1%.

Assim, é preciso relembrar que o limiar de pobreza em 2024 se situa nos 723 euros mensais. Estar acima desse patamar não significa desafogo material, tanto mais que os rendimentos em Portugal se concentram abaixo da mediana (1205 euros). Há, pois, que atender a um número importante de famílias que, nos Açores, vivem acima do limiar atual de pobreza, mas com poucos recursos para fazer face às despesas correntes, começando pela habitação. Por outro lado, a médio prazo, à medida que os rendimentos líquidos vão subindo, não poderá ser sempre e apenas o Estado regional a colmatar as ne-

cessidades dos mais vulneráveis, até pelo risco que esse mecanismo envolve de se tornar numa espécie de troque estatístico. Significa isto que uma redução sustentada da pobreza requer uma intervenção de política pública de longo prazo, muito para além das transferências. Uma fortíssima elevação das qualificações dos açorianos, reduzindo a sua exposição a trabalhos precários e indignos, e a diversificação económica, com incentivos sérios à expansão de setores de maior intensidade tecnológica, são caminhos essenciais. O transe em que situação e oposição vivem perante a difusão do turismo (representando 17% do produto interno bruto e da mão de obra empregada) não augura nada de bom, sabendo-se como este setor está muito exposto a inversões de ciclos económicos cada vez mais curtos e incertos. E exemplos anteriores de semelhantes dependências são bem conhecidos. Alguém ainda se recordará dos 10.000 empregos destruídos na construção civil no auge da crise económica de 2008 e dos respetivos efeitos? Por isso, por agora celebremos as boas novas. Mas não nos esqueçamos que amanhã vai ser outro dia, como na canção do Chico Buarque. ■